



ANÁLISE DA POBREZA E DA CONCENTRAÇÃO DE RENDA NA MICRORREGIÃO DE BODOQUENA-MS NO PERÍODO DE 1991, 2000 E 2010

Rafael Gonçalves Moren

Moisés Centenaro

RESUMO

Os elementos envolvidos na distribuição de renda e desenvolvimento econômico fazem parte dos debates da teoria econômica e do desenvolvimento local. Diante da perspectiva local e desenvolvimentista, torna-se crucial verificar os elementos relacionados à pobreza e concentração de renda nos municípios da microrregião de Bodoquena-MS. Nesse contexto o objetivo geral deste trabalho é analisar a evolução da desigualdade de renda, especificamente em relação à pobreza e a concentração de renda no período entre 1991, 2000 e 2010. Para atingir seu objetivo o presente trabalho realizou a construção do referencial teórico relacionado ao desenvolvimento econômico e concentração de renda. Para a análise utilizou-se a metodologia de levantamento de dados secundários, fazendo uso de indicadores relacionados ao crescimento econômico, através do PIB e indicadores relacionados à concentração de renda e pobreza, PIB per capita, Índice de Gini e Theil extraídos do IBGE e Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil de acordo com a disponibilidade. A análise de dados apontou que houve uma evolução positiva dos indicadores referentes à pobreza e concentração de renda. Foi observado que os municípios pertencentes à mesma microrregião possuem resultados diferentes, o que torna possível indicar a desigualdade na distribuição do desenvolvimento, e os pontos de maior vulnerabilidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Pobreza. Concentração de Renda.

1. INTRODUÇÃO

Diante das transformações socioeconômicas ocorridas nas últimas décadas as teorias de desenvolvimento econômico e desenvolvimento endógeno tem ganhado espaço, evidenciando cada vez mais a importância dos processos locais para a geração de renda, crescimento, e mais que isso, para o desenvolvimento multidimensional de determinada *Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017*



localidade. Essa perspectiva multidimensional não se limita apenas a valorizar os fatores econômicos, contempla também elementos socioeconômicos relacionados ao bem estar da coletividade.

Nessa perspectiva, uma das preocupações é a justiça social através da redução dos níveis de pobreza e da correta e igualitária distribuição de renda de uma sociedade. Para que o crescimento econômico torne-se desenvolvimento são necessários vários elementos, entre eles a equidade socioeconômica, só assim o crescimento e desenvolvimento de forma harmoniosa e equilibrada tornaram possível manter de forma sustentável o bem-estar da coletividade. Bresser-Pereira (2006) comenta a relação entre crescimento e desenvolvimento, afirmando que “para que haja desenvolvimento é essencial que haja um processo de crescimento da renda por habitante, ou do produto agregado por habitante, ou da produtividade. Não existe desenvolvimento sem que a produção e a renda média cresçam.”

Desta forma o desenvolvimento contribui para o crescimento, conforme Toyoshima e Silva (2013), “Do ponto de vista teórico, é plausível a hipótese de que melhor distribuição de renda produz efeitos quantitativos e qualitativos que impactam positivamente a taxa de investimento, firmando o elo entre a redistribuição de renda e o crescimento econômico”.

A partir desta perspectiva local e desenvolvimentista, torna-se crucial verificar os elementos relacionados à pobreza e concentração de renda nos municípios da microrregião de Bodoquena-MS.

Diante do exposto anteriormente o objetivo geral deste trabalho é analisar a evolução da desigualdade de renda, especificamente em relação à pobreza e a concentração de renda nos municípios da microrregião de Bodoquena no período de quase duas décadas entre 1991, 2000 e 2010. Após a coleta e cruzamento das informações pretende-se responder alguns questionamentos que compõem objetivos secundários, entre eles se no período houve melhor distribuição de renda e redução da pobreza, outro aspecto a se analisar é se todos os municípios da microrregião tem mantido um mesmo padrão de resultados. A partir dessa análise é possível indicar os principais pontos de vulnerabilidade, apontando onde ainda o desenvolvimento faz-se ausente em maior ou menor grau.



Como método de coleta de dados optou-se por dados secundários, extraídos do IBGE e do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, que sintetiza indicadores socioeconômicos a partir dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Este artigo, além dessa seção introdutória possui um breve contextualização da microrregião de Bodoquena, seguida da revisão de literatura, metodologia, resultados e considerações finais.

2. CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO

Essa temática tem proporcionado vários debates, alguns autores consideram desenvolvimento e crescimento como sinônimo, outros percebem como elementos distintos. A seguir serão expostos alguns argumentos distintos sobre crescimento e desenvolvimento para estimular o debate e a compreensão sobre a temática que tem se mostrado extremamente relevante.

Fonseca (2004) defende a ideia de que a dicotomia entre os termos apresenta certo apelo ideológico, e o fato de considerar que o crescimento econômico sozinho não está acompanhado de melhorias sociais não explica a complexa relação entre desenvolvimento e distribuição de renda. Sua crítica a essa divisão está associada ao fato de que, segundo o autor, o conceito de desenvolvimento passa a ser carregada de conteúdo valorativo, abstrato e sem qualquer critério de objetividade definidos a princípio pelo sujeito da investigação. Entre os critérios que Fonseca considera vagos estão a justiça, solidariedade, humanidade e harmonia, pois prestam-se as mais diferentes manipulações e possuem significados fortemente influenciados pelo contexto histórico-cultural. Contudo, Fonseca (2004) defende seu posicionamento nas seguintes palavras:

“A libertação da polêmica envolvida na dicotomia entre crescimento e desenvolvimento de forma alguma apaga ou negligencia qualquer preocupação social do analista; ao contrário, contribui para explicitar, de forma cabal, que desenvolvimento e distribuição são processos diferenciados, não necessariamente coincidentes e que só coexistem se cumpridas algumas pré-condições de natureza extremamente complexa: institucionais, políticas e culturais. Assim, pode-se ter desenvolvimento com ou sem melhoria da distribuição de renda, com ou sem melhoria dos indicadores sociais, não havendo nenhuma “lei”, natural ou social, que



obrigue um ou outro caminho em termos de economia. A distribuição pode ocorrer, mas não decorre da lógica do crescimento e até pode chocar-se com ela”.

Rebatendo e contrariando o pensamento anterior, existem os autores que diferenciam crescimento e desenvolvimento, considerando o crescimento por sua vez como o mero aumento da renda per capita enquanto que o desenvolvimento envolveria transformações sociais e políticas. O desenvolvimento consiste em uma modificação de toda a estrutura econômica e social da região em foco, e para que haja crescimento econômico bastaria que a renda per capita aumentasse (BRESSER-PEREIRA, 1962).

Diante dos objetivos deste trabalho entende-se que o desenvolvimento é diferente de crescimento econômico, considerando o aspecto qualitativo do desenvolvimento, que é capaz de proporcionar melhorias na qualidade de vida da população. De acordo com Bresser-Pereira (2006):

“a teoria econômica do desenvolvimento é a parte central da ciência econômica que explica como as nações promovem o bem-estar de suas populações, usando como principal instrumento de ação coletiva o estado, e como instrumentos complementares duas outras instituições por ele reguladas: o mercado e o dinheiro.”

O conceito de desenvolvimento nos moldes em que conhecemos atualmente surgiu a partir da década de 40, logo após a segunda guerra mundial, na tentativa de reconstruir a Europa e superar o atraso econômico e social (Sachs, 2004). Complementando a construção da teoria do desenvolvimento econômico Bresser-Pereira (2006) comenta que:

“O desenvolvimento é um processo histórico que as sociedades nacionais modernas buscam levar adiante através de estratégias nacionais. Para formular e implementar essas estratégias as teorias histórico-institucionais do desenvolvimento e da macroeconomia, do tipo formulado pelos economistas clássicos, por Schumpeter, Keynes, e pelos economistas que, desde a Segunda Guerra Mundial, vêm desenvolvendo a partir daí teorias e estratégias para o desenvolvimento.”

O desenvolvimento agora além da dimensão econômica passa a considerar a dimensão social, ambiental e cultural. Para Furtado (2000), o desenvolvimento é um processo de transformações que engloba o conjunto de uma sociedade. Essa transformação



associa-se a métodos de produção mais eficientes que permitam o aumento do fluxo de bens e serviços finais a disposição da coletividade. O conceito de desenvolvimento passa a considerar a qualidade de vida, a pobreza e a desigualdade na distribuição de renda.

A abordagem teórica sobre desenvolvimento não limita-se em mensurar os níveis de crescimento, tem uma visão multidimensional direcionada na verificação da qualidade de vida sob a ótica de diversas dimensões. Na próxima seção será debatida especificamente a questão da distribuição de renda.

2.1. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Para Fonseca (2004), a relação entre desenvolvimento econômico e distribuição de renda é um dos temas mais controversos da teoria econômica. Pois tem provocado muitos questionamentos e respostas díspares e sem o mínimo de consenso, entre as questões mais relevantes estão à relação entre as políticas de distribuição de renda e seu impacto no crescimento econômico, se a distribuição de renda é anterior ou posterior ao desenvolvimento e se é possível haver crescimento econômico em uma sociedade capitalista em concentração de renda.

Conforme Toyoshima e Silva (2013), crescimento e distribuição de renda é um tema tão antigo quanto recorrente na literatura mundial. Na economia clássica a distribuição era uma consequência natural do crescimento econômico, para Smith a expansão do mercado para ganhos de escala reduziria os custos médios e aumentaria o lucro, maiores lucros ampliariam o emprego da mão-de-obra, incrementando a renda da população e no longo prazo conduziria a redistribuição da renda entre o capital e o trabalho. A naturalização do pensamento econômico está presente em Ricardo, conforme comenta Fonseca (2004):

“No que tange à distribuição de renda, a concepção de salários de subsistência associada à tese de que o crescimento populacional era função do próprio nível de salários reais levou à chamada “lei férrea dos salários”. Em sua versão mais difundida, esta supunha que a parcela da renda nacional destinada aos trabalhadores era mais ou menos fixa, de modo que, ao crescerem os salários, a população também crescia, resultando em um nível de salário *per capita* menor. Mas se este caísse aquém de um nível mínimo de subsistência, o crescimento populacional



também diminuiria seu ritmo, resultando na volta dos salários a seu nível natural.”

Na economia clássica a distribuição de renda era decorrente do próprio desenvolvimento econômico, Fonseca (2004) comenta que os autores clássicos, “tendo em mente a teoria do valor trabalho, contribuíram para firmar a ideia de que sem produtividade dificilmente haveria distribuição, embora a vinculando à polêmica tese da distribuição como decorrência do próprio desenvolvimento econômico”.

Contudo as mudanças estruturais proporcionadas pelo capitalismo a partir da revolução industrial, as misérias e o desnível de renda trouxeram a tona novamente o questionamento sobre crescimento e distribuição de renda. O pensamento clássico de distribuição como consequência natural do crescimento passa a ser criticado, surge a concepção de que a distribuição de renda poderia ser modificada por decisões humanas. Entre os autores críticos do modelo clássico existe a defesa de que a distribuição poderia ser alterada e não apenas uma consequência natural do crescimento da economia. Cabe destacar Marx, que em suas obras Salário, Preço e Lucro de 1865 e O Capital de 1867, defendeu que a melhor distribuição de renda era possível, rejeitando completamente a ideia de Ricardo da lei férrea dos salários e entendia que a desigualdade era condição necessária para a reprodução do capitalismo, portanto as desigualdades sociais ocorriam em decorrência do acúmulo de capital. Stuart Mill por sua vez defendia a possibilidade de melhor distribuição de renda dentro da lógica de economia de mercado, entendendo que a maior produtividade produz maior excedente, e assim, melhor padrão de vida. Esse pensamento de acordo com Fonseca (2004) firmava a tese de:

“que o crescimento era condição necessária para a distribuição, mas não suficiente. Necessária, pois sem crescimento não haveria o que distribuir; mas não suficiente, pois não existem leis naturais de distribuição, de modo que esta poderia ser alterada, pelo que se passou a defender a construção de um quadro institucional voltado para esse fim.”

Confirmando a perspectiva da relação entre crescimento e distribuição de renda Fajnzylber (1989, apud Toyoshima e Silva, 2013, p. 529), afirma que “o crescimento favorece a equidade, à medida que a elite dominante pode aceitar mais facilmente algum processo de distribuição de renda, se a economia estiver em fase de crescimento econômico”. O crescimento facilita mas não garante automaticamente a distribuição de



renda, que quando melhor distribuída permite elevar o crescimento. Corroborando o pensamento anterior Toyoshima e Silva (2013) afirmam que “Do ponto de vista teórico, é plausível a hipótese de que melhor distribuição de renda produz efeitos quantitativos e qualitativos que impactam positivamente a taxa de investimento, firmando o elo entre a redistribuição de renda e o crescimento econômico”.

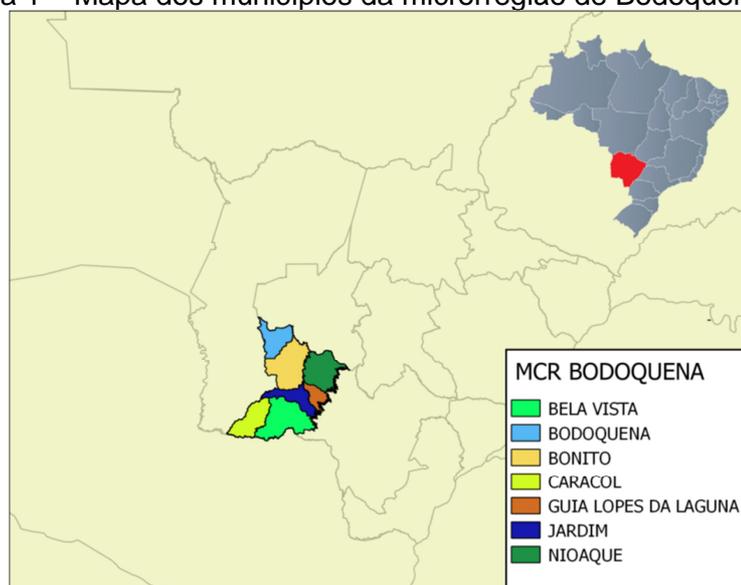
A teoria indica que a relação entre crescimento e desenvolvimento é necessária e complementar, é preciso crescimento para haver distribuição, e é preciso distribuição para que o crescimento se sustente ao longo do tempo. Esse cenário constitui o desenvolvimento, que permite sustentabilidade ao processo produtivo de forma equilibrada e ao mesmo tempo igualdade social através do desenvolvimento multidimensional.

2.2. MICRORREGIÃO DE BODOQUENA-MS: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O Estado de Mato Grosso do Sul está dividindo em 11 microrregiões geográficas, entre elas a microrregião de Bodoquena que compreende os municípios de Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Nioaque, conforme destacado na figura 1. Com uma área total de 22.611,775 km², com população aproximada de 108.378 habitantes, possuindo densidade demográfica de 4,79 hab/km² de acordo com estimativas do IBGE para o ano de 2014.



Figura 1 – Mapa dos municípios da microrregião de Bodoquena-MS.



Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

De acordo com Vieira (2012), a microrregião de Bodoquena na análise da evolução da participação dos setores de atividade na composição do PIB-MS entre 2002-2009, possui maior participação do PIB no setor terciário, que contribui com 57,28% do PIB, destacando o polo turístico de Bonito, Jardim e Nioaque. E no setor primário, os municípios de destaque são Caracol e Nioaque, e na indústria Bodoquena e Bela Vista.

Dentre as atividades de destaque está a extração de calcário, de acordo com dados do Anuário Mineral Brasileiro de 2010, o Estado de Mato Grosso do Sul possui 5,51% das reservas lavradas de calcário do país. Conforme dados da Associação Brasileira dos Produtores de Calcário Agrícola (ABRACAL), para o ano de 2015 o Estado de Mato Grosso do Sul produziu 6,82% do total de calcário produzido no Brasil, valor significativo considerando que o maior produtor, Minas Gerais, produziu 17,92% do total. A microrregião de Bodoquena possui representatividade significativa no setor, os dados do Anuário Mineral Brasileiro de 2010 mostram que os municípios de Bodoquena, Bela Vista e Bonito possuem juntos 93% das reservas lavradas de calcário do Estado de Mato Grosso do Sul.

Segundo dados do IBGE, referentes a Produção da Pecuária Municipal de 2015, o rebanho de bovinos da microrregião de Bodoquena é equivalente a 9,53 % do total do estado. Os municípios que se destacam na microrregião são Bela Vista e Nioaque com



respectivamente 21,79% e 20,64% do rebanho de bovinos na microrregião. A Tabela 1 a seguir mostra a participação da microrregião de Bodoquena em relação a pecuária total de Mato Grosso do Sul por tipo de rebanho.

Tabela 1 – Números totais e % da MCR por tipo de rebanho da MCR de Bodoquena-MS.

Tipo de Rebanho	Total MS	MCR Bodoquena	%
Bovino	21357398	2037478	9,53
Bubalino	14041	1342	9,55
Equino	339781	31664	9,31
Suíno	1281775	34237	2,67
Caprino	36464	4993	13,69
Ovino	505537	66138	13,08
Galináceos	25539719	312490	1,22

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal 2015.

Em relação ao turismo a região tem como destaque nacional, os municípios de Jardim, Bodoquena e principalmente Bonito. Cabe destacar que o Ministério do Turismo criou um mapa do turismo brasileiro, categorizou os municípios em cinco categorias de A até E, considerando número de empregos, de estabelecimentos formais no setor de hospedagem, estimativas de fluxo de turistas domésticos e internacionais, nessa classificação Bonito é categorizado com nível B.

3. METODOLOGIA

Inicialmente realizou-se a construção do referencial teórico relacionado ao desenvolvimento econômico e concentração de renda. Para a análise utilizou-se a metodologia de levantamento de dados secundários, fazendo uso de indicadores relacionados ao crescimento econômico, através do PIB e indicadores relacionados à concentração de renda e pobreza, PIB per capita, Índice de Gini e Theil extraídos do IBGE e Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil de acordo com a disponibilidade.

O índice de Gini é um cálculo usado para medir a desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. O índice é representado por



uma escala entre 0,0 (corresponde a uma completa igualdade na renda), ou seja, a renda domiciliar *per capita* de todos os indivíduos tem o mesmo valor, e 1,0 (corresponde a uma completa desigualdade entre as rendas). O cálculo do índice considera o universo de indivíduos é limitado aqueles que vivem em domicílios particulares permanentes. Ou seja, quanto mais próximo do número 1, mais desigual é a distribuição de renda e riqueza, e quanto mais próximo do número 0, mais igualitário será. Outra medida reconhecida para o monitoramento da distribuição de renda é o Índice de Theil, que mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita* excluindo aqueles com renda *per capita* nula. É o logaritmo da razão entre as médias aritméticas e geométricas da renda domiciliar *per capita* dos indivíduos, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre eles e tendente ao infinito quanto à desigualdade tender ao máximo. Segue a mesma lógica do Índice de Gini, quanto maior o resultado pior será a distribuição de renda.

O percentual de pobres avalia a proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes. Já o percentual de extremamente pobres avalia a proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

A evolução da renda média *per capita*, que consiste na razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos, considerando os valores em reais de 01/agosto de 2010. E a proporção de vulneráveis a pobreza, que é proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

A fase seguinte, baseada na análise dos dados permitiu avaliar o cenário de concentração de renda nos municípios que compõem a microrregião de Bodoquena, verificando a evolução dos indicadores e quais os municípios apresentam maior vulnerabilidade.

4. RESULTADOS



Nesta seção serão apresentados os dados e a metodologia de desenvolvimento de cada indicador, permitindo a análise do cenário de concentração de renda dos municípios da microrregião de Bodoquena.

Os resultados obtidos demonstram que o Índice de Theil embora tenha apresentado em todos os 7 municípios piores resultados em 2000, apresentou recuperação em 2010, essa mesma oscilação foi percebida em relação aos valores de Mato Grosso do Sul e do Brasil. no período entre 1991 e 2010. Contudo, em alguns municípios o índice mesmo em recuperação no ano de 2010 não superou os valores de 1991. Como o caso de Guia Lopes da Laguna, que em 1991 possui seu melhor resultado, 0,50, e em 2010 apresentava 0,62.

Tabela 2 – Índice de Gini e Theil dos municípios da microrregião de Bodoquena-MS.

Município	Índice de Gini			Índice de Theil		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Brasil	0,63	0,64	0,60	0,78	0,76	0,68
MS	0,60	0,62	0,56	0,66	0,54	0,63
MCR Bodoquena ¹	0,57	0,61	0,54	0,58	0,69	0,54
Bela Vista	0,68	0,68	0,61	0,84	0,84	0,69
Bodoquena	0,51	0,58	0,50	0,43	0,59	0,46
Bonito	0,58	0,60	0,54	0,58	0,65	0,51
Caracol	0,49	0,50	0,43	0,39	0,43	0,32
G.L.L. ²	0,53	0,70	0,57	0,50	0,95	0,62
Jardim	0,61	0,67	0,55	0,67	0,84	0,55
Nioaque	0,64	0,58	0,58	0,68	0,54	0,63

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil³ (2016).

Os resultados do Índice de Gini são similares ao do Índice de Theil, os municípios apresentaram leve piora em 2000, recuperação e os melhores resultados em 2010, essa mesma oscilação foi percebida em relação aos valores de MS e Brasil. no período entre 1991 e 2010. A única exceção foi o município de Guia Lopes que não demonstrou avanços,

¹ Os valores da Tabela 1 referentes à microrregião de Bodoquena foram obtidos através da média aritmética simples de todos os municípios.

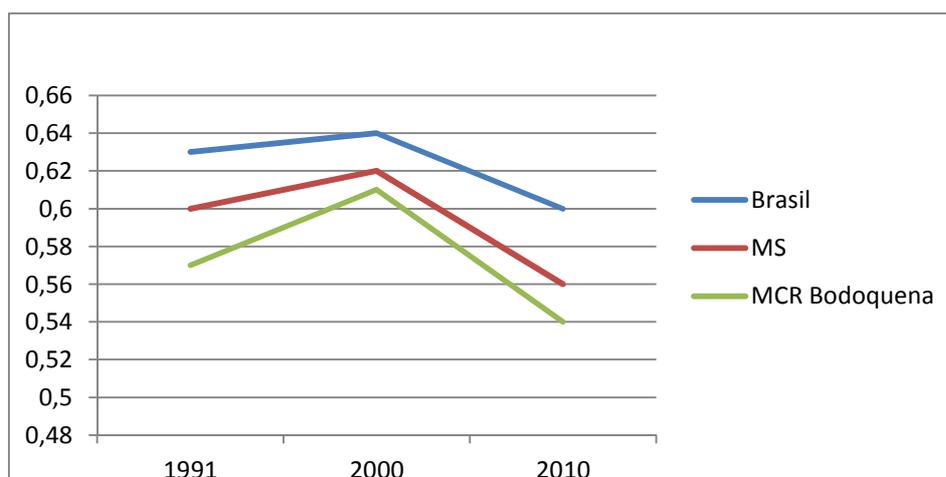
² Guia Lopes da Laguna

³ O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil é uma realização conjunta do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP).



obtendo seu melhor desempenho em 1991. No gráfico 1 está representada a evolução do Índice de Gini, demonstrando o alinhamento nos resultados da microrregião, do MS e do Brasil.

Gráfico 1 – Índice de Gini da MCR de Bodoquena, MS e Brasil – 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Adaptado do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2016).

Outra variável analisada é a pobreza, e para tal análise utilizou-se dois indicadores, o percentual de pobres e o percentual de extremamente pobres, conforme a Tabela 3 a seguir.

Tabela 3 – Indicadores de pobreza dos municípios da MCR de Bodoquena-MS.

Município	% de pobres			% de extremamente pobres		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Bela Vista	49,69	40,61	18,26	17,71	17,47	5,25
Bodoquena	53,63	37,94	17,61	21,59	15,04	6,57
Bonito	48,27	26,63	8,74	17,93	7,13	1,33
Caracol	53,60	39,97	15,78	29,63	12,74	3,06
G.L.L.	52,67	35,40	19,15	20,72	13,77	7,71
Jardim	42,49	27,83	11,42	18,22	8,87	4,45
Nioaque	63,75	44,54	27,53	33,79	25,03	12,72

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

Os resultados demonstram que houve avanços significativos em relação aos dois indicadores apresentados na Tabela 3. Em relação ao percentual de pobres em Bonito, por exemplo, em 1991 a taxa era de 48,27 passando para 8,74 no ano de 2010, obtendo



também o melhor resultado entre todos os municípios referente ao percentual de extremamente pobre, com 1,33 em 2010. O destaque negativo é o município de Nioaque, que obteve com larga vantagem os piores resultados nos dois indicadores de pobreza. Apresentando aproximadamente o dobro do valor quando comparado com o segundo pior resultado em ambos os indicadores.

Tabela 4 – Renda *per capita* e % de vulnerabilidade a pobreza da MCR de Bodoquena-MS.

Município	Renda <i>per capita</i> média			% de vulneráveis a pobreza		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
MCR						
Bodoquena ⁴	272,42	415,55	560,06	74,81	62,97	40,89
Bela Vista	393,25	447,50	621,23	70,84	64,79	46,66
Bodoquena	208,19	339,43	500,13	79,69	63,93	41,26
Bonito	313,36	463,41	679,03	68,03	54,95	32,00
Caracol	187,87	264,01	399,46	80,74	71,69	43,51
G.L.L.	237,69	505,51	541,87	77,79	64,12	42,83
Jardim	347,94	594,62	697,92	66,31	56,01	30,16
Nioaque	218,63	294,35	480,75	80,27	65,30	49,78

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2016).

Os resultados da Tabela 4 mostram que a renda *per capita* média em todos os municípios teve aumento no período de análise (91-10), contudo alguns municípios apresentaram resultados inferiores ao da média da microrregião. Nioaque e Caracol apresentaram os piores resultados e Jardim e Bonito possuem a melhor renda *per capita* média em toda a microrregião. Em relação ao percentual de vulnerabilidade a pobreza os resultados mantiveram a tendência do indicador anterior, e novamente o destaque positivo fica entre os municípios de Jardim, com o melhor resultado, e Bonito, as duas piores posições entre Bela Vista e Nioaque.

Outras duas variáveis importantes para o objetivo deste trabalho estão presentes na Tabela 5, contudo já que a coleta de dados é secundária, os dados foram coletados de acordo com sua disponibilidade. No período de 1991, 2000 e 2010 não havia

⁴ Os valores referentes à MCR de Bodoquena na Tabela 3 foram obtidos a partir da média aritmética simples.



disponibilidade de ambos os dados para os municípios, diante disto, mesmo fora do corte temporal escolhido para a análise optou-se por apresentar os quatro últimos períodos (2010, 2011, 2012 e 2013) em que havia disponibilidade dos dados como forma complementar de análise. A tabela 4 apresenta a seguir dados do período de 2010 até 2013 referentes ao PIB e PIB *per capita* de todos os municípios da microrregião de Bodoquena.

Tabela 5 – PIB e PIB *per capita* dos municípios da microrregião de Bodoquena-MS.

Município	PIB				PIB <i>per capita</i>			
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
Bela Vista	252.762	151.572	321.256	348.890	10.906,65	11.972,17	13.731,82	14.605,25
Bodoquena	141.695	163.294	173.097	181.037	17.742,97	20.524,60	21.833,63	22.689,22
Bonito	274.780	315.406	372.956	429.522	14.020,82	15.938,46	18.661,80	20.853,63
Caracol	74.290	78.881	80.713	89.138	13.757,37	14.447,00	14.622,01	15.641,06
G.L.L.	110.427	118.946	134.516	150.017	10.650,73	11.538,05	13.119,68	14.583,12
Jardim	262.477	301.484	333.823	378.717	10.773,60	12.312,99	13.559,58	15.040,39
Nioaque	145.161	181.350	206.036	185.324	10.083,44	12.648,20	14.421,22	12.888,54

Fonte: IBGE Cidades.

Os dados da Tabela 5 indicam que em relação ao PIB os municípios têm apresentando uma evolução gradual e positiva dos valores entre 2010 e 2013. As exceções foram Nioaque que teve o seu melhor resultado em 2012 com pequeno decréscimo em 2013, e Bela Vista que apresentou um decréscimo significativo entre 2010-2011, porem seguido de boa recuperação. A análise apontou também que houve avanço também em relação ao PIB *per capita* com uma única exceção, o município de Nioaque que novamente apresentou os piores resultado ao não apresentar como os outro municípios um crescimento gradual, o município teve o melhor resultado em 2012 seguido de decréscimo em 2013.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho objetivou analisar a evolução da desigualdade de renda, especificamente em relação à pobreza e a concentração de renda nos municípios da microrregião de Bodoquena no período de 1991, 2000 e 2010. Após a coleta e cruzamento



dos dados foi possível observar que no período de análise, que compreende basicamente duas décadas, houve avanços extremamente positivos em relação à pobreza. Os indicadores apontam que de forma ininterrupta a pobreza tem diminuído e a renda *per capita* média tem melhorando na microrregião durante o período em análise. Em relação a distribuição de renda apresentou resultados positivos, contudo não de forma ininterrupta, houve agravamento da situação nos anos 2000 seguida de recuperação em 2010.

Ao contrário do que se imaginava, ainda que pertencendo a mesma microrregião os municípios apresentaram resultados variados, sem manter uma padronização. A disparidade na distribuição dos indicadores analisados demonstra o quanto peculiar e subjetivo é o processo de desenvolvimento, por ocorrer de forma desigual mesmo em regiões semelhantes e próximas.

O limitante deste artigo consiste na coleta dos dados, considerando que há uma grande necessidade de dados para os municípios, existe a disponibilidade de informações apenas para alguns indicadores e em um período pequeno de tempo, o que torna-se uma barreira para a análise municipal mais abrangente e aprofundada.

A partir do presente estudo é possível sugerir novas pesquisas complementares, verificar quais elementos da estrutura socioeconômica torna municípios da mesma microrregião tão diferentes. Analisando por exemplo em qual proporção a diversificação produtiva e as peculiaridades dos municípios são os principais responsáveis por tornar o desenvolvimento disforme nessa região.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRACAL. **Calcário Agrícola - Produção por estado**. Disponível em: <[http://www.abracal.com.br/arquivos/documentos/Calcário Agrícola Brasil Consumo Aparente 1992 a 2015 e Produção por Estado 1987 a 2015 b.pdf](http://www.abracal.com.br/arquivos/documentos/Calcário_Agrícola_Brasil_Consumo_Aparente_1992_a_2015_e_Produção_por_Estado_1987_a_2015_b.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento econômico e o empresário. **Revista de Administração de Empresas**, v. 2, n. 4, p. 79-91, 1962.



BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O Conceito histórico de desenvolvimento econômico. 2006.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimento e Distribuição de Renda. In: SALVO, Mauro; PORTO JUNIOR, Sabino da Silva. **Uma Nova Relação entre Estado, Sociedade e Economia no Brasil**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p. 269-292.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. Paz e Terra, 2000.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Anuário Mineral Brasileiro**. Brasília: DNPM, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Mapa do Turismo Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/5405-municípios-turísticos-brasileiros-são-agrupados-em-cinco-categorias.html>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

TOYOSHIMA, Silvia Harumi; SILVA, Evaldo Henrique da. Transferência de Renda e a Dinâmica do Crescimento Econômico: Um Modelo de Simulação. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 43, n. 3, p.525-555, jul-set. 2013.

VIEIRA, Rosele Marques. A Dinâmica do Mercado de Trabalho Formal no Estado de Mato Grosso do Sul-MS, no Período de 1990 a 2010: Uma Aplicação do Método Estrutural-Diferencial. 2012. 135 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia do Desenvolvimento, UFRGS, Porto Alegre, 2012.